



Moro determina prisão temporária de mais 6 pessoas na “lava jato”

Por determinação do juiz Sergio Moro, a Polícia Federal cumpre na manhã desta segunda-feira (22/2) mais uma série de mandados judiciais, sendo seis de prisões temporária, relacionados à operação "lava jato" — que apura um esquema de corrupção na Petrobras. Entre os alvos estão a empreiteira Odebrecht e o marqueteiro João Santana, das campanhas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff.

Há um mandado de prisão temporária expedido contra Santana, mas ele está no exterior e não foi preso. Mesmo assim, a Polícia Federal está fazendo buscas no apartamento do marqueteiro, em Salvador.

Logo que foi noticiado pelos jornais que o marqueteiro estava sendo investigado, no início de fevereiro, o advogado de Santana, **Fábio Tofic Simantob**, criticou duramente o vazamento seletivo de informações à imprensa e [pediu acesso à investigação](#). O pedido, no entanto, foi negado pelo juiz Sergio Moro, que alegou que a divulgação das informações solicitadas poderia colocar em risco a investigação e possibilitar a destruição de provas.

Em relação ao que foi divulgado, Tofic esclareceu que seu cliente nunca negou possuir empresas no exterior, justamente por já ter feito trabalhos em outros países. Neste sábado (20/2), a defesa do marqueteiro protocolou petição informando que Santana e sua mulher estão à disposição "para prestar todos os esclarecimentos necessários à descoberta da verdade".

Também é alvo desta fase da operação o engenheiro Zwi Skornicki, que, segundo as investigações, operava propinas no esquema da Petrobras investigado pela "lava jato".

Ao todo, os policiais estão cumprindo 51 mandados judiciais, sendo 38 de busca e apreensão, seis de prisão temporária e cinco de condução coercitiva. Os mandados são cumpridos nos estados da Bahia (Salvador e Camaçari), Rio de Janeiro (capital, Angra dos Reis, Petrópolis e Mangaratiba) e São Paulo (capital, Campinas e Poá).

O objetivo das investigações desta fase, segundo a PF, é o cumprimento de medidas cautelares relacionadas a três grupos: um grupo empresarial responsável por pagamento de vantagens ilícitas; um operador de propina no âmbito da Petrobras; e um grupo receptor, cuja participação fora confirmada com o recebimento de valores já identificados no exterior em valores que ultrapassam US\$ 7 milhões.

Os presos serão levados para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, onde permanecerão à disposição da 13ª Vara da Justiça Federal.

Pagamentos no exterior

Os mandados cumpridos nesta segunda-feira estão relacionados à investigação de possíveis crimes de corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro oriundo de desvios da Petrobras, por meio de pagamentos ocultos feitos no exterior pelo operador financeiro Zwi Skornicki e por *offshores* controladas pelo Grupo Odebrecht em favor do casal de publicitários João Cerqueira de Santana Filho e Mônica Regina Cunha Moura.

De acordo com o Ministério Público Federal, Zwi Skornicki é investigado por ser um dos operadores financeiros que pagaram propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras e da Sete Brasil, bem como para o Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2003 e 2013, ele pagou mais de uma dezena de milhões de dólares em propina, que ficou comprovado por meio comprovantes de transferências. Segundo os colaboradores, os pagamentos foram feitos em benefício de contratos bilionários feitos pela empresa Keppel Fels com a Petrobras e Sete Brasil.

No período compreendido entre setembro de 2013 e novembro de 2014, especificamente, há evidências de que Zwi efetuou a transferência no exterior de pelo menos US\$ 4,5 milhões, por meio de nove transações, para conta mantida no exterior pelos publicitários João Santana e Mônica Moura. Conforme o MPF, a conta dos publicitários, em nome da *offshore* panamenha Shellbill Finance, não foi declarada às autoridades brasileiras.

Grupo Odebrecht

Segundo o Ministério Público Federal há ainda evidências de que o grupo Odebrecht, por meio de contas ocultas no exterior em nome das *offshores* Klienfeld e Innovation, já investigadas por pagarem propinas para Renato Duque, Paulo Roberto Costa, Jorge Zelada e Nestor Cerveró, transferiram para a Shellbill US\$ 3 milhões, entre abril de 2012 e março de 2013. De acordo com o MPF, há indícios de que esses valores tratam de propina oriunda da Petrobras que foi transferida aos publicitários em benefício do PT.

O MPF aponta possível envolvimento de Marcelo Odebrecht em novos crimes, com o controle sobre os pagamentos feitos no exterior por meio de *offshores*, que seriam geridas por intermédio de pessoas a ele subordinadas e ligadas, direta ou indiretamente, à Odebrecht.

Dentre as contas que seriam usadas, estavam as da Klienfeld e da Constructora del Sur. As apurações também revelaram indícios de que a conta da Klienfeld foi usada não só para pagar propinas para autoridades brasileiras, mas também em favor de autoridades argentinas. *Com informações das assessorias de imprensa da Polícia Federal e Ministério Público Federal.*

* *Notícia alterada às 9h40 do dia 22/2 para acréscimos de informações.*

Autores: Redação ConJur